

XIII MANDATO

ATA Nº 73/2025

Processo nº	Órgão Colegial
CM/2024/8	Câmara Municipal de Braga

Ata da Reunião Ordinária Pública de 30 de dezembro de 2024

Ao trigésimo dia de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, no Edifício GNRation, situado na Praça Conde de Agrolongo, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos **Senhores: Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (Coligação Juntos por Braga) e os Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), Carla Maria Ferreira Sepúlveda (Coligação Juntos por Braga), João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo (PS), Artur Jorge Oliveira Feio (PS), Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa (PS), Sílvia Cristina Conduto de Sousa (PS) e Vítor Manuel Jorge Rodrigues (CDU)**

Secretariou: Anabela Vieira Ferreira, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

A) Período da ordem do dia

Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dado abertura ao período da ordem do dia, propondo o seguinte voto: -----

----- **Voto de Pesar** a **Carlos Sarmento Pereira** Fundador da “Casa Pereira das Violas”, inaugurada a 03 de janeiro de 1918, dedicando-se ao comercio de retalho de retrosaria. É uma das “Lojas Com História” da cidade de Braga. Empresário de referência na área do comércio no concelho, admirado e respeitado por toda a cidade.
Aprovado por unanimidade. -----

Deliberações:

1. Relatórios de execução orçamental Empresas Municipais – 3º trimestre de 2024 – Processo 13805/2024	
Favorável	A favor: 11 Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 0 - Tomou-se conhecimento. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento

Presente a proposta de resolução PR/2024/6321 de 12 de dezembro de 2024: “Submetem-se para conhecimento do Executivo Municipal, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e, à Assembleia Municipal para conhecimento. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Tomou-se conhecimento. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, para destacar um ponto que, após análise dos relatórios de execução, considerou evidente no que respeita à empresa AGERE. Referiu-se especificamente às rubricas do plano anual de investimentos, apontando que, embora não estivessem diretamente relacionadas com a execução trimestral mais recente, a subexecução de diversas obras planeadas era uma questão que “saltava à vista”. Manifestou “alguma preocupação” quanto a estas subexecuções, particularmente no que diz respeito ao aproveitamento de fundos destinados ao financiamento de obras, com especial foco nas áreas de águas e saneamento. Por fim, questionou se existia alguma perspetiva a curto prazo para a concretização de algumas dessas intervenções. Em resposta, foi dada a palavra pelo **Presidente da Câmara** à Administradora da Empresa AGERE, Alexandra Roeger, onde afirmou que, efetivamente a taxa de execução não estaria nos valores “que gostariam que estivesse”, referindo ser “muito fruto” do atraso no âmbito do início da obra da ETAR (Estação Tratamento Águas Residuais) e do emissário. Informou de seguida que, já teria sido enviado a todos os membros do executivo “o convite para o dia oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco”, onde será dado início da construção do emissário que estaria associado e esse grande investimento. Afirmou também que, em dois mil e vinte e cinco, essa tendência iria inverter, conseguindo assim que, a taxa de execução fosse na ordem daquilo que estimavam e pretendiam. Referiu ainda que, haveria ainda todo um conjunto de investimentos que nas “duas últimas semanas” teriam sido publicados, relacionados com concursos públicos, tais como, a plataforma dos resíduos, o concurso da energia, as viaturas, todo um conjunto de novas ferramentas de informática necessárias para o bom desenvolvimento do trabalho efetuado, mas também, grandes investimentos com o “processo de telemetria”, com a instalação de sessenta e cinco mil de novos contadores de última geração, onde afirmou, que o atraso desse concurso deveu-se ao rápido avanço das tecnologias e a necessidade de estarem seguros que estariam a lançar o “melhor” que o mercado teria no momento. Indicou também que, a “requalificação dos reservatórios” ficaria à volta de dois milhões de euros de investimento. Referiu as “redes” para quarenta e quatro projetos de água e quarenta e dois projetos de saneamento num valor “bastante elevado” e que abrangeriam cerca de trinta e quatro freguesias do concelho, cerca de quatro lotes e cerca de quatro milhões de euros de investimento. Afirmou assim que, de facto, a taxa de execução não se encontrava nos valores que “gostariam que estivesse”, atribuindo tal situação, em grande parte, ao atraso no início da obra da ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) e do emissário associado. Informou que já havia sido enviado a todos os membros do executivo o convite para o evento marcado para oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco, data em que se dará início à

construção do emissário, um projeto de grande relevância no âmbito dos investimentos planeados. Afirmou também que, em dois mil e vinte e cinco, essa tendência se iria inverter, alcançando uma taxa de execução alinhada com as metas definidas. Salientou ainda que, nas últimas semanas, foram publicados vários concursos públicos relacionados com importantes investimentos, como a plataforma de resíduos, o setor energético, novas viaturas e ferramentas informáticas indispensáveis para o bom desempenho das atividades. Destacou também o grande investimento no processo de telemetria, com a instalação de cerca de sessenta e cinco mil contadores de última geração. Explicou que o atraso neste concurso resultou da necessidade de acompanhar a rápida evolução tecnológica, garantindo que fosse lançado o melhor produto disponível no mercado. Adicionalmente, apontou o investimento de cerca de dois milhões de euros na requalificação de reservatórios e mencionou projetos significativos em redes de abastecimento de água e saneamento, abrangendo cerca de trinta e quatro freguesias do concelho, distribuídos por cerca de quatro lotes, com um valor total de aproximadamente quatro milhões de euros. Afirmou ainda que, no momento, "tudo está a acontecer", embora tenha reconhecido contratemplos, como concursos públicos que ficaram desertos. Atribuiu esta situação ao elevado volume de obras em curso e à escassez de mão de obra no setor. Para contornar o problema, ajustaram os valores dos concursos para os tornar mais atrativos ao mercado. Apesar dos desafios, assegurou que o progresso é evidente, mencionando o lançamento da primeira pedra do emissário e o avanço dos trabalhos na ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais). Admitiu que os atrasos decorreram não apenas do trabalho interno da AGERE (Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M), mas também de morosidades a nível nacional, particularmente na emissão de declarações relacionadas com a avaliação de impacto ambiental e as Diretrizes Urbanísticas Específicas (DIUPE). Finalizou afirmando que os grandes investimentos estão prestes a entrar em "velocidade de cruzeiro".

Em seguida, o **Vereador do PS, Artur Feio**, tomou a palavra para colocar "duas ou três questões". Começou por solicitar um esclarecimento acerca do evento agendado para o dia oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco, questionando se o ato em questão, descrito como "o lançamento da primeira pedra", se referia à ETAR ou ao emissário. Em resposta o **Presidente da Câmara** esclarece que, que seria do emissário por ser uma das componentes fundamentais para a obra da ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) e que esta, iniciaria "logo de seguida" e não se justificaria "outra cerimónia". Como segunda questão, e já dirigida à **Administradora da AGERE, Alexandra Roeger**, manifestou interesse em compreender melhor "o que, de facto, se pretende fazer com a AGERE". Reconheceu que a entrada da nova administradora ainda é "muito recente", mas destacou que o nível de desinvestimento na empresa seria "brutal". Abordou também a análise das contas, mencionando uma "tentativa de justificar os investimentos que não foram objetivamente concretizados nos últimos anos", como no caso dos depósitos. Como terceira questão, apontou os biorresíduos, classificando-os como "outro problema" que a cidade enfrenta. Destacou que Braga, juntamente com Cascais, foram as únicas autarquias a adotar um sistema amplamente criticado pelo PS, afirmando que nenhuma outra autarquia teria implementado esse sistema. Reiterou que o Partido Socialista sempre foi "muito crítico desse sistema", defendendo a necessidade de ser repensado e solicitou ainda uma atualização sobre a questão, enfatizando que o sistema adotado lhe parecia "completamente inadequado". Argumentou que seria preferível implementar um regime de separação de resíduos totalmente eficiente, alinhado com as práticas de outros concelhos, como Guimarães e Matosinhos, onde os sistemas separativos foram bem-sucedidos e plenamente consolidados. Questionou ainda

se o “projeto da ETAR” já estaria finalizado. Em resposta, a **Administradora da AGERE, Alexandra Roeger**, confirmou que, no contexto do sistema em questão, “efetivamente Cascais e Braga” seriam as duas entidades gestoras que optaram por esta abordagem inovadora. Destacou que essas entidades, por norma, lideram a introdução de inovações na realidade nacional, o que seria um sinal positivo. Explicou, em seguida, as razões para terem adotado esta estratégia, salientando que a cidade integra um sistema multimunicipal que abrange, além de Braga, municípios como Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Terras de Bouro, Amares e Vila Verde. Apesar do respeito pelos demais municípios, afirmou que “independentemente do respeito que esses municípios merecem” teriam efetivamente maiores dificuldades em termos financeiros, de gestão e até eventualmente de “corpo técnico” para dar resposta a esses projetos. Indicou que, ao terem presente essas dificuldades e alguma maior resistência relativamente à possibilidade de fazerem grandes investimentos em recolha porta a porta, teriam optado por esse sistema que ao mesmo tempo visa fazer a recolha dos biorresíduos em sacos próprios e específicos para esse material, juntar tudo nos ecopontos dos contentores normais, e ao chegarem à estação de triagem BRAVAL (Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A), serem separados dos demais resíduos, onde indicou serem “sacos específicos, de cor verde”, que depois seguiria para o tratamento biológico. Esclareceu também que, esses sacos já foram adquiridos, embora a primeira remessa tenha apresentado problemas devido à espessura inadequada, o que comprometia a resistência. Afirmou que a espessura já foi ajustada para garantir maior durabilidade no transporte e encaminhamento. Informou também que estavam a realizar testes para avaliar o grau de compactação nos equipamentos dos camiões. Além disso, destacou a colaboração com Cascais, que já utiliza esse sistema, mencionando que a troca de experiências tem permitido identificar vantagens e superar desafios. Enfatizou que a estratégia adotada é considerada a mais eficiente no momento, mas garantiu que, caso os resultados não sejam satisfatórios, haverá flexibilidade para reorganizar e rever a estratégia. Sublinhou que estaria a falar para “consumidor doméstico”, uma vez que os grandes geradores de resíduos, como cantinas, IPSS, hospitais e outros, já possuem circuitos dedicados para o devido encaminhamento. Por fim, assegurou que esses circuitos especializados estavam a funcionar perfeitamente e reforçou o compromisso em garantir que o sistema adotado seja continuamente aperfeiçoado para atender às necessidades da cidade. Tomou novamente a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que retomou o tema, afirmando tratar-se de uma discussão que se prolonga há vários anos. O Vereador defendeu que, desde o início, o Partido Socialista sempre alertou para a ineficácia do sistema de mistura de resíduos, destacando que, após serem colocados no mesmo contentor, os resíduos acabam por ser transportados no mesmo veículo. Sublinhou que os camiões, ao compactarem os sacos, inviabilizam a separação eficaz dos materiais, colocando em causa a eficiência do sistema. Manifestou ainda descrença na resistência dos sacos utilizados, argumentando que o processo de compactação gera inevitavelmente uma mistura indesejada de resíduos. Para sustentar a sua posição, referiu a existência de diversos pareceres que criticam este modelo de recolha, considerando-o inadequado, e questionou por que razão o sistema ainda não foi repensado. Apelou para que se realize uma reflexão célere com o objetivo de encontrar uma solução mais eficiente e alinhada com as boas práticas de gestão de resíduos. Relativamente à entidade BRAVAL (Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.), e voltou a levantar dúvidas sobre a legalidade do seu funcionamento, sublinhando a importância de clarificar definitivamente esta questão. Em resposta, o **Presidente da Câmara** esclareceu que o processo em questão está a seguir o seu curso, não dependendo “de nenhuma forma” da câmara municipal.

Afirmou que todas as etapas necessárias foram cumpridas, tendo sido estabelecido diálogo com diversos ministérios, incluindo o Ministério do Ambiente, para viabilizar a concretização da criação do sistema intermunicipal. Acrescentou que houve sucessivos prolongamentos do prazo de vigência da concessão, mas garantindo que o sistema não se encontra numa situação de ilegalidade. Referiu ainda que não se trata apenas de uma transferência de propriedade, mas também de uma avaliação de ativos e de procedimentos legais que teriam de ser adotados, e que estaria nas mãos do Governo. De seguida, foi dada a palavra à **Administradora da AGERE, Alexandra Roeger**, que prestou esclarecimentos sobre a ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais), indicando estarem em fase “finalíssima” de resolução de uma questão ligada à propriedade dos terrenos, referindo “ser uma questão de dias “para que fique tratado. Afirmou também que, o projeto estaria “tratado, pronto e estabilizado”. Relativamente à estratégia de resíduos, a Administradora destacou que o facto de serem utilizados os mesmos camiões e equipamentos, seria a “tal mais-valia,” referida por si anteriormente, em “relação aos outros municípios”, que não teriam a mesma capacidade económica ou financiamentos para contratarem serviços dedicados para a recolha dos biorresíduos. Acrescentou que, esta estratégia estaria inserida no plano de ação da AGERE (Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M), e dos restantes municípios integrados no sistema BRAVAL (Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.), sendo um plano aprovado pelas instituições nacionais, nomeadamente pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Concluiu afirmando que, apesar de não ser simples alterar a estratégia neste momento, o sistema está a ser monitorizado e que, com as pequenas modificações previstas, os resultados serão satisfatórios. **Tomou-se conhecimento. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

2. Aquisição de três parcelas de terreno_ UF Lomar e Arcos_ Processo 10782/2024

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

Presente a proposta de resolução PR/2024/4195 de 12 de dezembro de 2024: “Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, a aquisição de três parcelas de terreno, com a área total de 537,92 m2, sitas na Rua dos Presidentes, União de Freguesias de Lomar e Arcos, pelo valor de 104.068,28€, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, preconizado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

3. Estratégia Local de Habitação – Sítio dos Galos - Processo 12992/2024.

Favorável

Tipo de votação: Por maioria

A favor: 10, Contra: 0, Abstenções: 1, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2024/6080 de 19 de dezembro de 2024: “Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, a aquisição da parcela de terreno (A), composta por fações e prédios habitacionais, situada da Rua dos Galos, freguesia de São Lázaro, no valor de 190.000,00€ (cento e noventa mil euros), cuja avaliação imobiliária que se anexa ascendeu aos 249.100,00€ (duzentos e quarenta e nove mil e cem euros), nos termos do

artigo 33º, nº 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes Cunha Rodrigues Sousa, Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

4. Aquisição de imóvel na Avenida Artur Soares, n.º 71/75, freguesia S. Vicente - Processo 13518/2024

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

Presente a proposta de resolução PR/2024/6204 de 23 de novembro de 2024: “Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, preconizado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de aquisição do imóvel sito na Avenida Artur Soares, n.º 71/75, freguesia de Braga (São Vicente), à entidade Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga E.M., pelo valor de 316.900,00€ (trezentos e dezasseis mil e novecentos euros. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

5. Projeto Praia Fluvial de Navarra - Processo 13819/2024.

Favorável

Tipo de votação: Por maioria

A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2024/6356 de 23 de dezembro de 2024. “Submete-se para aprovação do Executivo Municipal o projeto de execução da empreitada da Praia Fluvial de Navarra, com base orçamental de 912.375,61€ + IVA e com prazo de execução de 300 dias, em conformidade com a Portaria n.º 255/2023, de 07/08. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

6. Projeto Requalificação e Ampliação da EB Quinta da Veiga - Processo 13870/2024.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
Favorável	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2024/6374 de 23 de novembro de 2024. “Submete-se para aprovação do Executivo Municipal o projeto de execução da empreitada de Requalificação e Ampliação da Escola Básica Quinta da Veiga, com estimativa orçamental de 2.972.753,62€ + IVA e com prazo de execução de 365 dias (12 meses), em conformidade com a Portaria n.º 255/2023, de 07/08. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**-----

7. Reabilitação e ampliação de um edifício para Alojamento de apoio ao Ensino Superior - Processo 13372/2024.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2024/6176 de 20 de dezembro de 2024.” Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão sobre o pedido de informação prévia - PIP com vista à reabilitação e ampliação de um edifício para Alojamento de apoio ao Ensino Superior, a levar a efeito no prédio sito na Rua Capitão Alberto de Matos, nº 15, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), que incide sobre o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob. o n.º 511/19980116, inscrito na matriz de natureza urbano sob o artigo n.º 734. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**-----

8. Classificação como conjunto de interesse municipal da Quinta da Torre do Enxido - Crespos e Pousada - Processo 10183/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/5502 de 15 de novembro de 2024. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de classificação como Conjunto de interesse municipal da Quinta da Torre do Enxido e a respetiva proposta de zona especial de proteção (ZEP), situada na Rua do Enxido – União de freguesias de Crespos e Pousada, nos termos do disposto no nº 3.do art.º 29º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

9. Atribuição de Topónimo U.F. Nogueira Fraião e Lamações - Processo 12321/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/5285 de 16 de dezembro de 2024.” Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes topónimos sitos no Lugar de Penouços ou Agrelo e Lugar do Cruzeiro, da extinta freguesia de Nogueira, atualmente integrada na União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações: Prolongamento de topónimo - Artéria Proposta (A) - Rua Graça Moura - Início – Rua do Medronheiro - Fim – Sem Saída; Atribuição de Topónimo - Artéria Proposta (B) - Rua Francisco Ferreira - Início – Rua Graça Moura (Prolongamento) - Fim – Rua do Barreiros. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

10. Atribuição de Topónimo Vilaça - Processo 12804/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/5580 de 18 de dezembro de 2024: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes topónimos sitos no Lugar de Tomás Velido ou Belide e Tomás Belide, da freguesia de Vilaça, atualmente integrada na União das freguesias de Vilaça e Fradelos: atribuição de topónimo - Artéria Proposta (A) - Rua 25 de Abril - Início – Rua de Santa Cecília - Fim – Sem Saída - Travessa 25 de Abril - Artéria Proposta (B) - Início – Rua 25 de Abril (Artéria Proposta - A) - Fim – Sem Saída. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

11. Atribuição de Topónimo Ruilhe - Processo 12441/2024.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 10, Contra: 0, Abstenções: 1, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2024/5347 de 16 de dezembro de 2024. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes topónimos sitos no Lugar da Igreja, Boucinhas ou Pinguelas, da freguesia de Ruilhe: Alteração de limites (Início / Fim) - Rua dos Descobrimentos - Artéria Proposta (A / A1 / A2) - Início – Rua do Ferreiro Fim – Rua de Pecelar; Caminho da Seara -Início – Entroncamento da Rua do Esqueiro com a Rua Nova do Areeiro - Fim – Rua dos Descobrimentos (Proposta); Alteração de designação - Artéria Proposta (B) -De: Rua dos Descobrimentos (um troço do traçado original) - Para: Caminho dos Descobrimentos - Início – Rua dos

Descobrimentos - Fim – Sem Saída; Atribuição de topónimo - Artéria Proposta (C) - Travessa dos Descobrimentos - Início – Rua do Esqueiro - Fim – Rua dos Descobrimentos (Proposta). Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes Cunha Rodrigues Sousa, Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

12. Atribuição de Topónimo Freguesia de São Vicente - Processo 13056/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/5859 de 18 de dezembro de 2024. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes topónimos sitos no Lugar de Cabanas, da freguesia de São Vicente: atribuição de topónimo - Artéria Proposta (A) - Travessa de Cabanas - Início – Rua de Cabanas - Fim – Sem Saída - prolongamento de topónimo - Artéria (B) - Rua Costa Soares - Início – Entroncamento da Rua de Cabanas com a Rua Francisco Augusto Alvim (Limite de freguesia com Dume) - Fim – Sem Saída. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

13. Regulamento de Gestão do Arvoredo em meio urbano e dos Espaços Verdes - Proposta de Aprovação Final -Processo 13601/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/6232 de 20 de dezembro de 2024. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, o Projeto de Regulamento de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano e dos Espaços Verdes do Município de Braga -Proposta de Aprovação final. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. O Vereador, Vítor Rodrigues da CDU, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: “*Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 30-12-2024 da Câmara Municipal de Braga Ponto 13. Regulamento de Gestão do Arvoredo em meio urbano e dos Espaços Verdes - Proposta de Aprovação. A CDU considera positivo que se aprove a versão final deste documento, depois das melhorias introduzidas durante a discussão pública da proposta. Por esse motivo, votámos a favor da mesma. No entanto, mais importante do que a sua aprovação, será garantir que este regulamento é efetivamente implementado e respeitado, e que servirá de instrumento para aumentar e melhorar a cobertura arbórea na cidade e no concelho de Braga, com todas as implicações positivas que tem para a qualidade de vida dos cidadãos e para o ambiente.* O Vereador da CDU, Vítor Rodrigues. **Aprovado por unanimidade.** -----

14. 3ª Edição do Programa Viva O Bairro – Aprovação das minutas dos protocolos a celebrar - Processo 13563/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/6221 de 20 de dezembro de 2024. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a aprovação das minutas dos protocolos a celebrar com os promotores das candidaturas aprovadas, para cumprimento do estabelecido no artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, 3ª Edição. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -

15. Contrato de Mandato com o Município de Braga concede poderes à BragaHabit, EM - Apoio Financeiro Não Reembolsável - “Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais” - Processo 13759/2024

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2024/6308 de 23 de dezembro de 2024.” Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e posterior submissão à Assembleia Municipal de Braga, o presente Contrato de Mandato, para aprovação, nos termos do disposto no artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do disposto no artigo 5.º-A, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

16. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo Académico Basket Clube Braga_ Processo 12522/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/5402 de 17 de dezembro de 2024. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Académico Basket Clube De Braga, com o RECAM 455/2023, para a época desportiva 2024/2025, no valor de 205.920,00€ (duzentos e cinco mil, novecentos e vinte euros). Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.

Deliberado aprovar por unanimidade. -----

17. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo Associação juvenil Fintas Braga - Processo 12297/2024

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/5254 de 17 de dezembro de 2024. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Associação Juvenil Fintas Braga, com o RECAM 345/2019, no valor de 3.550,00€ (três mil quinhentos e cinquenta euros). Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

18. Contrato Programa Desenvolvimento Desportivo C.A. Bracara - Clube de Atletismo- Processo 13519/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/6196 de 20 de dezembro de 2024. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o C.A. Bracara - Clube de Atletismo, com o Recam 444/2023, no valor de 3.400,00€ (três mil e quatrocentos euros). Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

19. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo Associação Desportiva de Escaladores de Braga - Processo n.º 13806/2024**

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/6322 de 23 de dezembro de 2024. “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a ADEB – Associação Desportiva de Escaladores de Braga, com o RECAM 320/2019, no valor de 1.695,00€ (mil seiscentos e noventa e cinco euros). Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

20. Contrato Programa Desenvolvimento Desportivo RS Ballroom Team Associação_ Processo 13710/2024**

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/6279 de 23 de dezembro de 2024. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Rs Ballroom Team Associação, com o RECAM 397/2021, no valor de 1.900,00€ (mil e novecentos euros). Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

21. Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo Academia de Patinagem de Braga Processo n.º 13730/2024

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/6294 de 23 de dezembro de 2024. “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Academia de Patinagem de Braga, com o RECAM 152/2015, no valor de 16.223,08€ (dezasseis mil, duzentos e vinte e três mil euros e oito cêntimos). Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

22. Contrato Interadministrativo - 105/2024 – Requalificação da Rua do Espírito Santo - Pedralva - Processo 12505/2024

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/5380 de 16 de dezembro de 2024. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual, a celebrar com a Junta de Freguesia de Pedralva para a execução da obra denominada “Requalificação da Rua do Espírito Santo no valor de 138.545,60€ com IVA incluído. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Aprovado por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

23. Apoio financeiro-Praia Fluvial de Adaúfe- Freguesia de Adaúfe- Processo 13611/2024

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/6240 de 23 de dezembro de 2024. “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.

º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação a atribuição do Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Adaúfe no valor de 4 471,83€ (quatro mil, quatrocentos e setenta e um euros e oitenta e três cêntimos) para apoio na melhoria das condições e envolvente da praia fluvial Adaúfe. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Aprovado por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

24. Apoio financeiro à União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães - Processo 13633/2024

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de PR/2024/2635 de 19 de novembro de 2024.” Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 , na sua redação atual, a celebrar com a Junta de Freguesia de Adaúfe, para execução da obra denominada «Pavimentação da Travessa da Aldeia do Rio», no valor de 11.643,04€ (onze mil, seiscentos e quarenta e três euros e quatro cêntimos). Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

25. Comparticipação Municipal nos Programas da Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano - Processo nº 13076/2024

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 10, Contra: 0, Abstenções: 1, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2024/5889 de 19 de dezembro de 2024. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a ratificação de despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de autorização da transferência do valor de 51.662,36€ para a Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado ratificar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes Cunha Rodrigues Sousa, Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** Tomou a palavra o Vereador da CDU, Vítor Rodrigues, para solicitar que, no futuro, os processos sobre honorários/projeto provenientes das juntas de freguesia sejam submetidos à reunião de câmara de forma completa, pois considera que as instruções atuais não são suficientes para uma avaliação adequada. -----

26. Pedidos de Isenção Total e Parcial de IMI_ Âmbito de Impostos Municipais_ Município de Braga - Processo 13500/2024.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 7, Contra: 0, Abstenções: 4, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2024/6241 de 20 de dezembro de 2024. “Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, os pedidos de isenção total e parcial de IMI, nos termos do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, ao abrigo dos Artigo 8.º - Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis no âmbito Programa Municipal de Arrendamento Acessível e Artigo 10.º - Redução de Imposto Municipal sobre Imóveis para prédios urbanos arrendados para habitação. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes Cunha Rodrigues Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.**-----

27. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de Manifesto _ Processo 13836/2024.

Presente a proposta de resolução PR/2024/6353 de 23 de dezembro de 2024. “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de isenção de taxas e outras receitas municipais com fundamento no manifesto e relevante interesse municipal do respetivo objeto, nos termos do n.º 4 do artigo H-1/16 do Código Regulamentar do Município de Braga. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Aprovado por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

28. Isenção de taxas e outras receitas municipais – Proposta de Deferimento Processo 13826/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/2324 de 19 de novembro de 2024. “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual a atribuição do Apoio Financeiro à União de Freguesias de Arentim e Cunha no valor de 4.714,55€ (quatro

mil, setecentos e catorze euros e cinquenta e cinco cêntimos), para apoiar “Trabalhos de manutenção no parque de merendas de Cunha”. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

29. Norma de Funcionamento Programa Saúde Mental Jovens EquiBraga - Processo 13612/2024.	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Presente a proposta de resolução PR/2024/6342 de 23 de novembro de 2024. “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo dos nºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1 /17º. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Aprovado por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

30. Aprovação da ata em minuta	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Para conhecimento

Resumo da tesouraria concernente ao dia 20 de dezembro de 2024. **Tomou-se conhecimento da informação.** -

ENCERRAMENTO: às 10:20 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Anabela Vieira Ferreira, Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

O Presidente da Câmara

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

XIII MANDATO

ATA Nº 74/2025

Processo nº	Órgão Colegial
CM/2025/1	Câmara Municipal de Braga

Ata da Reunião Ordinária Pública de 13 de janeiro de 2025

Ao décimo terceiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, no Edifício GNRation, na Praça Conde de Agrolongo, número 125, cidade de Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU) -----

Secretariou: Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

A) Período antes da ordem do dia

----- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dado abertura ao período antes da ordem do dia cedendo a palavra aos vereadores. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que, como primeiro assunto falou sobre a segurança nas passeadeiras, com destaque para os dois atropelamentos ocorridos na última semana em Braga, incluindo na Avenida Robert Smith. Enfatizou a urgência de implementar medidas para reduzir o número elevado de acidentes envolvendo peões, uma questão preocupante na cidade. Recordou que, após um atropelamento próximo a uma escola, foi formada uma comissão destinada a analisar a segurança rodoviária, especialmente nas zonas próximas às escolas, onde solicitou informação sobre os trabalhos realizados pela comissão. Questionou que medidas estão pensadas para as passeadeiras em geral, com ênfase nas localizadas em áreas com histórico de acidentes, como a Avenida Robert Smith. Destacou a urgência de implementar medidas concretas e eficazes, tais como melhorias na sinalização, iluminação, instalação de lombas ou outras intervenções que garantam a proteção dos peões e a

redução de atropelamentos em Braga. Como segundo assunto, propôs a Criação de um “Projeto-piloto de Serviço Cívico com Moeda Social em Braga. Explicou que “este projeto tem como objetivo incentivar e valorizar o envolvimento cívico dos cidadãos em atividades de interesse comunitário, promovendo a educação para a cidadania, o apoio mútuo e a cooperação no cuidado da cidade”. Referiu que com este projeto os cidadãos são desafiados a desenvolver atividades no âmbito do acompanhamento de idosos e de crianças com necessidades específicas; da proteção civil e ambiental; de apoio social a pessoas em situação de vulnerabilidade; de valorização e recuperação do património cultural; trabalhos estatísticos e inquéritos populacionais; fomento de atividades desportivas entre jovens e onde cada pessoa participaria conforme a sua disponibilidade, recebendo formação adequada para as tarefas realizadas. O pagamento por este serviço cívico seria efetuado em créditos de moeda social, que poderia ser usado para aceder a serviços municipais acumulados numa conta poupança para uso futuro ou doados a outras pessoas que enfrentem necessidades específicas. Esclareceu que este projeto oferece múltiplos benefícios, educativo, comunitário, participativo e sustentável. “Este projeto é um desafio que nos convoca a pensar e agir hoje para moldar a cidade que queremos deixar para as próximas gerações”. Convidou a Câmara a apoiar a criação do projeto-piloto. Finalizou, referindo que “estamos à disposição para colaborar no desenvolvimento desta ideia, definindo os passos necessários para a sua implementação e discutindo formas de envolver diferentes setores da sociedade neste movimento transformador. Em resposta ao primeiro assunto, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que foi realizado um levantamento das condições das passeadeiras nas imediações das escolas. Adiantou que está em processo de contratação um serviço de avaliação da segurança rodoviária em todo o perímetro urbano que vai ser contratado pelos serviços de mobilidade, um estudo bastante mais robusto em termos externos. Referiu que a questão das variantes, já está identificada há bastante tempo, e que muitas das situações assinaladas estão a ser alvo de intervenção. Exemplificou com a Variante do Fojo, local de um dos últimos atropelamentos, onde será implementada uma medida de dissuasão da velocidade, criando restrições significativas para prevenir a repetição de tais ocorrências. Destacou ainda, que a concretização do projeto do BRT (Bus Rapid Transit) também implicará um condicionamento na velocidade de circulação automóvel em várias ruas, incluindo a Avenida Robert Smith. Por fim, reforçou que, embora a Câmara esteja a tomar medidas para controlar a velocidade da circulação automóvel e melhorar as condições nas passeadeiras, o principal fator de risco continua a ser a má conduta de alguns condutores, que circulam em velocidade excessiva, não respeitam os locais de estacionamento e criam obstáculos à visibilidade ao estacionar em segunda fila ou sobre as passeadeiras. Para responder ao segundo assunto, tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Sameiro Araújo**, que manifestou disponibilidade para analisar o projeto numa reunião com os vereadores do PS. “Há algumas coisas que a Braga Voluntária já aborda, mas podemos reunir para conversar sobre o projeto”. -----

----- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que informou, que devido às chuvas recentes, os campos de ténis da rodovia ficaram alagados, inviabilizando a prática da modalidade. Ressaltou que esta situação não é nova e lembrou que, na última discussão sobre o tema, foi mencionado que a questão estaria prestes a ser resolvida, com o lançamento de um concurso. No entanto, passado um ano, ainda não houve avanços, questionando os motivos da demora na concretização da intervenção. A **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Sameiro Araújo**, tomou a palavra para explicar que, na ocasião, a Câmara Municipal já havia lançado um primeiro concurso para a intervenção, o qual ficou deserto. Posteriormente, foram identificadas algumas patologias

que não haviam sido inicialmente detetadas. Informou ainda que a obra já foi adjudicada, mas a sua concretização só será possível a partir da primavera, uma vez que é necessário tempo seco para a aplicação das resinas. -----

----- Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que informou ter recebido uma missiva do movimento Frossos, a propósito da desagregação das freguesias, manifestando algum descontentamento pelo facto de se antever que no dia 17 de janeiro, a Assembleia da República possa reprovar as pretensões de desagregação das freguesias de Braga, o que considerou uma grande injustiça que apesar da vontade das populações e da concordância da Câmara e da Assembleia Municipal, a Assembleia da República não aprove a desagregação das freguesias de Braga uma vez que “do ponto de vista daquilo que eram as tarefas da freguesia foram todas desenvolvidas dentro dos prazos da lei”. Salientou ainda que o presidente da Câmara deveria ter um papel do ponto de vista público mais ativo relativamente a esta matéria e a pronunciar-se sobre “esta injustiça que pesa aqui sobre as freguesias de Braga”. De seguida, quis deixar uma nota referente à recente alteração da Lei dos Solos, uma medida que tem sido amplamente contestada por especialistas de diversas áreas e por indivíduos com responsabilidades autárquicas, atuais ou anteriores. A alteração introduz a possibilidade de construção em terrenos rústicos, o que representa “um grande passo atrás” no que diz respeito ao ordenamento do território no país. Além disso, foram apontados outros problemas relacionados à medida, inclusive a base de considerações comprovadamente erradas, como a alegação de que a alteração facilitaria a construção de habitações para enfrentar a crise habitacional. Alertou para o risco deste regime excecional gerar especulação, favorecer os “grandes interesses da construção civil” e criar mais problemas no ordenamento do território. Referiu que a medida do governo não resolve a verdadeira necessidade de construção de habitação, não sendo com estas medidas que se responde à falta de habitação, mas sim com mais habitação pública. Prosseguiu, para dar continuidade à questão suscitada pelo PS, a respeito dos atropelamentos na cidade. Foi referido que, embora exista uma componente de civismo que não está sob a alçada da câmara municipal, é necessário ampliar as medidas de redução de velocidade em algumas vias. Como exemplo, mencionou a rua que dá acesso ao Colégio João Paulo II. Foi ainda destacado o problema da insuficiência de iluminação nas passadeiras, fator que também requer atenção. Para finalizar, e em representação da CDU, procedeu à leitura do seguinte voto de pesar a Arlindo Fagundes que foi aprovado por unanimidade. *“Voto de pesar pelo falecimento de Arlindo Fagundes, apresentado na Reunião Ordinária de 13-01-2025 da Câmara Municipal de Braga. Arlindo Fagundes foi um destacado ceramista, ilustrador, autor de banda desenhada, pintor e realizador. Foi também um destacado militante do PCP, pelo qual foi candidato em diversas eleições, e onde assumiu diversas tarefas e responsabilidades. Foi, por isso, um lutador pela liberdade, democracia, justiça social e paz, assumindo a defesa dos direitos do povo e dos trabalhadores como referência. Nascido a 3 de julho de 1945, em Ovar, foi forçado ao exílio em França durante a ditadura fascista em Portugal, tendo regressado ao país depois do 25 de Abril de 1974, vindo a residir em Braga desde essa época. Entre a sua vasta obra, constam as ilustrações para as coleções infanto - juvenis “Uma Aventura” e “Viagens no Tempo”, a personagem de banda desenhada Pitanga e a escultura do busto de António Variações, colocada em Fiscal, Amares, na terra natal do cantor. Ou ainda os cartazes que desenhou para todas as edições da Festa da Alegria, e para a Festa do Avante de 1979. A sua vasta formação inclui a passagem pela Sociedade Nacional de Belas-Artes, onde frequentou o curso de Desenho e Pintura, a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (ESBAL - atualmente Faculdade), onde foi aluno de Pintura, para além do Conservatoire Libre de*

Cinéma Français, diplomando-se como realizador de Cinema em 1973. O trabalho de Arlindo Fagundes como ceramista foi distinguido com o 1.º Grande Prémio de Design Artesanal da Bienal de Arte de Vila Nova de Cerveira, em 1987, e levou-o à elaboração do Manual Prático de Introdução à Cerâmica (Editorial Caminho, 1997), livro fundamental para o conhecimento desta Arte. Realizou vários trabalhos e documentários para a RTP. O livro de banda desenhada “A Rapariga do Poço da Morte” foi premiado com o troféu “Zé Pacóvio e Grilinho” para o Melhor Argumento no Festival de BD da Amadora, em 2003. Colaborou como caricaturista para várias publicações regionais sediadas em Braga. Ilustrou a publicação “Conhece os Teus Direitos - Os Direitos da Criança”, realizada em 1998 para o Governo Civil de Braga e Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho. A sua paixão pela Pintura motivou a realização de algumas exposições, individuais e coletivas, em Braga, Fafe, Lisboa, entre outras localidades. Como docente, lecionou nos cursos de Técnicos de Comunicação e Técnicos Multimédia, na Escola Profissional de Braga, tendo chegado a lecionar Fotografia na Escola Calouste Gulbenkian e sido responsável por formação profissional. A Câmara Municipal de Braga manifesta o seu pesar pelo falecimento deste grande artista e cidadão, prestando homenagem à sua obra, memória e participação cívica”. -----

----- Tomou na palavra o **Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio**, que respondeu à nota do Vereador Vítor Rodrigues sobre a lei dos solos. Referiu que não se trata de uma revisão da lei dos solos, mas sim de uma alteração do regime de urbanização que cria um regime excecional para acelerar a capacidade construtiva em determinadas zonas. Rejeitou a ideia de que a delegação de poder aos órgãos locais para decidir sobre o uso do solo possa estar associada ao desordenamento do território ou à corrupção. Ressaltou, que as decisões serão baseadas em regras claras e específicas, sem espaço para especulação imobiliária e que o objetivo principal é promover habitação acessível ou construção pública, sendo uma resposta necessária à crise habitacional. Destacou que Braga, no contexto da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), já conta com um aumento significativo de 25% na área construtiva. Para finalizar, disse apoiar a iniciativa do governo e elogiou a coragem em implementar essa medida. -----

B) Período da ordem do dia

----- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dada abertura ao período da ordem do dia, propondo os seguintes votos: -----

----- Voto de louvor à **equipa de atletismo feminina do Sporting Clube de Braga** que conquistou pela segunda vez consecutiva o título de Campeã Nacional de Estrada, prova realizada no passado dia 06 de janeiro na cidade da Figueira da Foz. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- Voto de louvor à atleta **Mariana Machado do Sporting Clube de Braga** que conquistou pelo terceiro ano consecutivo o título de Campeã de Portugal de Estrada, prova realizada no passado dia 06 de janeiro na cidade da Figueira da Foz. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- Voto de louvor à **equipa masculina de Futsal, do Sporting Clube de Braga**, que conquistou a Supertaça de Futsal Placard, no passado dia 28 de dezembro, na Póvoa de Varzim. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

Deliberações:

1. Aprovação da ata nº 72 da reunião ordinária pública de 16 de dezembro de 2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

2. Atribuição de Topónimo - Freguesia de S. Vitor - Processo 12217/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/6588 de 3 de janeiro de 2025. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de topónimo situado no Lugar das Lameiras, da freguesia de São Victor: Atribuição de topónimo – Arteria Proposta (A) - Rua Clara Menéres - Início – Rua da Fábrica - Fim – Sem Saída. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade. ---**

3. Requalificação e Ampliação da Escola Básica Ponte Pedrinha - Aprovação do projeto de execução - Processo 651/2025.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2025/320 de 7 de janeiro de 2025. “Submete-se para aprovação, sob posterior ratificação do Executivo Municipal a proposta para aprovação da Requalificação e Ampliação da Escola Básica Ponte Pedrinha, com estimativa orçamental de 2.156.046,94€ + IVA. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado ratificar e aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----**

4. Requalificação e Ampliação da Escola Básica Bairro Económico - Aprovação do projeto de execução - Processo 657/2025.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2025/324 de 7 de janeiro de 2025. “Submete-se para aprovação, sob posterior ratificação do Executivo Municipal a proposta para aprovação da Requalificação e Ampliação da Escola Básica do

Bairro Económico, com estimativa orçamental de 3.629.619,79€ + IVA. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado ratificar e aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

5. Regulamento Interno de Teletrabalho do Município de Braga - Processo 331/2025.	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 1, Abstenções: 4, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2025/172 de 3 de janeiro de 2025. “Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Regulamento Interno de Teletrabalho do Município de Braga, para o qual se remete e que faz parte integrante da presente Proposta, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 75.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação) e n.º 9 do artigo 166.º do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação). Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. O **Vereador Vítor Rodrigues, da CDU**, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: “*A CDU entende que, sendo matéria que respeita à organização e às condições de trabalho, a regulação do teletrabalho no Município de Braga deve ser negociada em sede do ACEP – Acordo Coletivo de Empregador Público. Nesse contexto, aliás, a Câmara Municipal de Braga teria a oportunidade de corrigir uma injustiça que a coloca como caso único, pela negativa, no conjunto dos municípios da região, que passaria por aumentar os dias de férias de 22 para 25 para todos os trabalhadores do município. Mais se verificou que não foram envidados todos os esforços para garantir que as estruturas sindicais representativas dos trabalhadores se pronunciassem sobre o Regulamento em apreço. Por estes motivos, a CDU votou contra*”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

6. Proposta de aditamento ao contrato de Dinamização Cultural - Fundação Bracara Augusta - Processo 13874/2024.	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Presente a proposta de resolução PR/2024/6377 de 27 de dezembro de 2024. “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, a proposta de um aditamento ao contrato de dinamização cultural celebrado a 14 de maio de 2024 com a Fundação Bracara Augusta, nos termos do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

7. Proposta de Aditamento ao Contrato de Dinamização Cultural - Associação Musical Sinfonietta de Braga - Processo 783/2025.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2025/393 de 7 de janeiro de 2025. “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, a proposta de um aditamento ao contrato de dinamização cultural celebrado a 17 de maio de 2024 com a Associação Musical Sinfonietta de Braga, nos termos do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

8. Contrato Interadministrativo - 106/2024 - Levantamento Topográfico do Parque Industrial de Celeirós – 1.ª Fase - Processo 13541/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/6212 de 26 de dezembro de 2024. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual, a celebrar com Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a contratação e execução do «Levantamento Topográfico do Parque Industrial de Celeirós – 1.ª Fase», transferindo, para o efeito, uma verba de 2.152,50€ com IVA incluído. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

9. Apoios e incentivos à aquisição de habitação para Jovens – Reembolso de 25% IMT – Proposta de Indeferimento - Processo 467/2025.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 7, Contra: 0, Abstenções: 4, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2025/248 de 7 de janeiro de 2025. “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, os pedidos de apoio e incentivos à aquisição de habitação para Jovens, nos termos do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, ao abrigo do artigo 17º-A – Incentivo à aquisição de habitação para Jovens; e artigo 17º-B – Outros apoios à aquisição de habitação para Jovens. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da**

Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. -----

10. Apoios e incentivos à aquisição de habitação para Jovens – Reembolso de 25% IMT – Proposta de Deferimento - Processo 465/2025.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 7, Contra: 0, Abstenções: 4, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2025/247 de 7 de janeiro de 2025. “Submete-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de apoio e incentivos à aquisição de habitação para Jovens, nos termos do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, ao abrigo do artigo 17º-A – Incentivo à aquisição de habitação para Jovens; e artigo 17º-B – Outros apoios à aquisição de habitação para Jovens. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

11. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de deferimento - Processo 379/2025

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2025/412 de 8 de janeiro de 2025. “Submete-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de isenção de taxas e outras receitas municipais, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

C) Para conhecimento

Para conhecimento e informação, foi presente o resumo da tesouraria, referente ao dia 7 de janeiro de 2025, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

12. Aprovação da ata em minuta

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

D) Período de intervenção do público:

----- Pelo Presidente da Câmara, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

Intervenção:

----- Tomou a palavra o **cidadão Miguel Lopes**, que consentiu com a divulgação dos seus dados pessoais. Prosseguiu à leitura de documento onde referiu que em 2015, os condóminos do Bloco A5, em assembleia, aprovaram a solicitação ao Município de Braga de licença para a realização de obras de aplicação de capoto sobre as tijoleiras existentes no edifício. Após a obtenção das autorizações necessárias, as obras foram executadas e concluídas no mesmo ano. Em 2016, com a concordância dos moradores do Bloco A4, foi solicitado à Câmara Municipal de Braga licença para a execução de obras semelhantes às realizadas no Bloco A5, mantendo as cores. Informou que, em 2021, a empresa Pé de Galo, então administradora dos blocos A1 e A3, iniciou obras para a aplicação de capoto. Durante os acabamentos, o cidadão constatou que as cores aplicadas nos tetos das varandas e nos tubos de águas pluviais diferiam das utilizadas nos demais blocos. Apesar de ter alertado os responsáveis da empresa, as suas advertências foram ignoradas. Afirmou que, diante da irregularidade fez uma denúncia à Câmara Municipal, que foi encaminhada à divisão de fiscalização, depois ao Vereador João Rodrigues, retornando novamente à fiscalização. No entanto, até 2024, o processo não foi concluído, sendo descrito como "sem fim à vista" e excessivamente burocrático. Enquanto o processo tramitava, a empresa Pé de Galo deu continuidade às práticas irregulares, aplicando as mesmas cores em dezembro de 2024, durante as obras realizadas no Bloco A3. Informou que, após as irregularidades verificadas nas obras realizadas pela empresa Pé de Galo, voltou a apresentar denúncia à Câmara Municipal. Nos últimos três anos, dirigiu-se diversas vezes ao Balcão Único para obter informações sobre o andamento do processo, enviou e-mails ao vereador João Rodrigues e abordou o assunto em reuniões anteriores de Câmara. Reiterou a sua preocupação com a demora na resolução do processo, salientando que o mesmo continua sem desfecho, enquanto as irregularidades persistem. Questionou ainda "o que está por detrás disto tudo, que leva esta empresa a usar o autoritarismo que tem vindo a demonstrar e que os serviços Municipais não conseguem por cobro". Prosseguiu para referir que "esta empresa, faz parte do Sistema que este executivo vai mantendo ao longo destes anos que dirige os destinos camarários e tem à sua volta parceira, alguns amigos de cor política. Esta empresa em 2014 ofereceu no Dia Mundial da Criança à divisão de ambiente os insufláveis onde as crianças puderam comemorar o dia. Afinal o que é o sistema? São pessoas que influenciam os decisores em tomadas de posição sobre processos e outras situações que nos bastidores dos serviços camarários vão gravitando. Até à presente data, quase três anos depois o processo tem 72 registos levado a cabo por diversos intervenientes que tiveram de dar pareceres". Finalizou a sua intervenção questionando que desfecho será dado a este processo, que permanece sem resolução. Em resposta, o **Vereador da Coligação**

Juntos por Braga, João Rodrigues, esclareceu que os 72 registos mencionados dão a impressão que se trata de um processo interminável, onde cada etapa corresponde a um registo e que um registo não equivale a uma consulta ou análise, mas apenas a um passo realizado. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, onde concordou ter havido uma denúncia sobre a alteração da pintura de uma fachada de um prédio. Explicou que, foram levantados autos de contraordenação, que os processos de contraordenação seguiram e “chegamos a um determinado momento, e é a própria lei que nos obriga a que assim seja, percebemos que aquela alteração da fachada era legalmente admissível, o único problema aqui, é que aquando da emissão da licença não se requereu essa alteração da cor da fachada e a obrigação do município quando chegamos a esse ponto era notificar quem praticou a contraordenação, que tem a possibilidade de legalizar algo que é legalizável, é isso que está a acontecer e que acontece em centenas de processos. É algo que está previsto e imposto pela lei”. Concluiu, para alertar que, se houver conhecimento concreto de ilegalidades relacionadas à empresa mencionada, estas devem ser denunciadas formalmente. Caso contrário, aconselhou cautela nas palavras proferidas pelo cidadão. -----

ENCERRAMENTO: às 10:25 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE